

POR UMA UNIVERSIDADE FEMININA E NEGRA

FOR A FEMININE AND BLACK UNIVERSITY

*Camila de Cássia Brito*¹

*Joana D'Arc de Vasconcelos Neves*²

*Karley dos Reis Ribeiro*³

RESUMO: O presente trabalho traz resultados de uma pesquisa sobre as representações sociais de mulheres negras marajoaras a partir de suas trajetórias educacionais na Universidade. Esse estudo se desenvolve em meio a narrativas pessoais resultantes de entrevista com 3 participantes estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA). O contexto do estudo se dá em meio a um cenário amazônico marajoara refletindo as dinâmicas sociais e interacionais dessas mulheres em torno de uma problemática: como se dá a construção dos sentidos e significados em torno das representações sociais enquanto mulher negra frente às várias formas de opressão que perpassam as relações de gênero e cor, apontando as questões sócio-territoriais-históricas da região que contribuem para essa prática opressora feminina negra na área educacional. Como objetivo geral, a pesquisa investiga as representações sociais das mulheres negras sobre ser mulher negra marajoara e universitária e como objetivos específicos, identificar as representações das mulheres negras marajoaras sobre sua trajetória educacional, analisa os sentidos constituidores de ser mulher negra marajoara e universitária e aponta quais os valores construídos por elas na orientação de novas condutas a partir do ambiente universitário. Como discussão, apresenta as narrativas das participantes onde constam os elementos constitutivos das representações sociais: sujeitos; sentidos e atitudes geradas e como resultados aborda como a universidade se comporta como um locus gerador de autonomia a essas mulheres que aprendem a reivindicar seus direitos através de suas falas e atitudes rompendo com os discursos hegemônicos academicamente brancos.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Mulher negra universitária. UFPA.

ABSTRACT: The current work presents results of a research on the social representations of black Marajoara women from their educational trajectories at the University. This study is developed through personal narratives resulting from interviews with 3 student participants from the Federal University of Pará (UFPA). The context of the study is carried out in the Marajoara Amazonian scenario, reflecting the social and interactional dynamics of these women around a problem: how is the construction of senses and meanings about social representations as a black woman facing the various forms of oppression that permeate the gender and color relations, pointing out socio-territorial-historical issues in the region that contribute to this oppressive black female practice in the educational area. The work has as its general objective, to investigate the social representations of black women about being a Marajoara black woman and university student and as specific objectives, to identify the representations of Marajoara black women about their educational trajectory, to analyze the constitutive meanings of being a Marajoara black woman and university student and point out the values built by them in the orientation of new conducts from the university environment. The discussion presents the narratives of the participants, which contain the constitutive elements of social representations: subjects; senses and attitudes generated and as results addresses how the university

¹ Universidade Federal do Pará. E-mail: camilac Brito@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2412-2366>

² Universidade Federal do Pará. E-mail: jdneves@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3110-3649>

³ Universidade Federal do Pará. E-mail: karley@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8471-9981>

● [Informações completas da obra no final do artigo](#)

behaves as a locus that generates autonomy for these women who learn to claim their rights through their speeches and attitudes, breaking with the academically white hegemonic discourses..

KEYWORDS: Social representations. College black woman. UFPA.

Introdução

Esse artigo propõe apresentar a(s) forma(s) subalternas de representação feminina na sociedade não se constitui(em) atos solitários na literatura onde a Odisseia de Homero⁴ ou das Revistas Femininas⁵ das décadas de 50 e 60 que publicaram o Guia da Boa Esposa (1955)⁶ reproduzindo imagem da mulher como ser inferior ao homem, muito pelo contrário, como descreve Jovchelovitch (2000) as características não-dialógicas das representações sobre as mulheres, produzidas pelas inter-relações eu/ outro/objeto-mundo, na qual o saber masculino é visto como superior ao feminino, ainda são tecidas na dinâmica afetiva das relações eu/ sociedade, ressaltando a ligação entre mundos internos e externos, entre indivíduos e as coletividades construídos sentidos sobre os modos de vida das mulheres.

Ao olharmos essas representações, nos questionamos quanto às mudanças ocorridas através do tempo, em termos diacrônicos, no interior das próprias representações e no pensamento social mais amplo que de fato expressam modificações nas sociedades dos tempos atuais. Presenciamos representações dentro da lógica patriarcal, que ao longo dos tempos ganharam novos sentidos e sinalizaram rupturas em relação aos vínculos históricos do machismo, mas que ainda convivem com valores relacionados às submissões das mulheres na atualidade.

Vale destacar que os sentidos do sistema patriarcal são flexíveis em sua definição, conformados de acordo com os contextos. Registros de uma força automática que segundo

⁴ A obra Homero, demarca o sentido de que parte do amadurecimento do homem é aprender a assumir o controle do pronunciamento público e silenciar a fêmea da espécie. Imagem construída a partir do olhar do 'outro', mais especificamente, pelo filtro do masculino, onde cabia ao homem da casa (marido, irmão e filhos) colocar a mulher em seu devido lugar: de submissão.

⁵ Tais revistas publicaram, em forma de artigos publicitários conteúdos relacionados ao ideal de mulher para aquela sociedade sempre direcionadas e reforçadas em meio ao matrimônio e aos cuidados com o lar e com a família, sendo essa a postura ideal do comportamento feminino daquela época.

⁶ Publicado em 1955 pela revista *Housekeeping Monthly*, como um artigo que ditava o que a mulher deveria fazer para ser boa com seu marido e filhos ditando "dicas" como por exemplo: Separe 15 minutos para descansar, assim você estará revigorada quando ele chegar. Retoque a maquiagem, ponha uma fita no cabelo e pareça animada.; 4. Seja amável e interessante para ele. Seu dia foi chato e pode precisar que o anime, e é uma das suas funções fazer isso.

Saffioti (1979), mesmo sem a presença do homem, são incorporados e reproduzidos inclusive pelas próprias mulheres em processos naturalizados de acordo com o momento histórico – social – cultural. Nessa lógica, não estamos tratando das representações sociais sobre as mulheres apenas tributárias do passado, mas como passagem para o que está se construindo hoje no acervo cognitivo-afetivo e com o qual, ainda se lidará no futuro. Sentidos que podem conjugar lembrança e esperança, memória coletiva e expectativas utópicas.

Assim, consideramos nesta pesquisa, o pensamento da filósofa Simone de Beauvoir (1980) e os estudos de Joan Scott (1992) que explicam o patriarcado como uma criação de códigos, leis e livros sagrados, principalmente escritos por homens onde a inferioridade e subalternidade da mulher é registrada e defendida, ao mesmo tempo em que os interrogam, mostrando a dinâmica das ações femininas dentro de “experiências vividas”, fortalecendo o conceito de gênero enquanto objeto de estudos das relações e representações sociais hierarquizadas, assim como os estudos de Oyewumi (2019) que nos possibilita pensar o feminismo a partir de uma lógica decolonial no qual busca-se inclusive romper com a hierarquização do saber que outorga pouco valor ao pensamentos produzido pelas mulheres negras.

Para a socióloga Hirata e Kergoat (2002), vivemos em sociedades orientadas pelas relações de gênero, nas quais as mulheres são limitadas a “certas atividades” e/ou a espaços hierarquicamente considerados inferiores aos homens, que levam à mobilização em lutas por conquistas de direitos sociais, políticos, econômicos, de liberdade sexual e principalmente educacionais em diversos países. Para Oyewumi (2019) necessitamos deseurocentrar nossos olhares e nos abriremos para viabilizarmos outros modelos e interpretações das formas de organização e construção social mais próximas das nossas experiências históricas.

Dessa forma, esse estudo se situa no campo dos estudos feministas negro em relação ao campo teórico e metodológico das representações sociais, implicando nas reflexões sobre as discriminações e representações subalternizadas de mulheres negras, na tentativa de compreender os conflitos que desequilibram permanências e mudanças de valores que orientam as atitudes de mulheres negras nas territorialidades amazônicas. Nessa lógica, assume-se a perspectiva teórica que as construções das representações, intervêm na forma como os conhecimentos são assimilados e construídos no

desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade, que por sua vez estão relacionados com a expressão dos grupos e as possibilidades de transformação social da realidade.

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que a representação da mulher negra por si só já representa uma categoria formadora de desigualdades a partir das representações hierarquizadas que inferioriza a mulher e seu pensamento em relação ao do homem. Todavia, quando aliamos o gênero as condições de raça-cor e classe, os sentidos revelam representações diferenciadas entre as próprias mulheres, marcadas pelos lugares ocupados a partir da cor: da donzela casadoura branca, da “mulata”⁷ sensual e fogosa, da negra abnegada, submissa, máquina de trabalhar. Imagens diferenciadas que correspondem à procriação, à questão patrimonial, familiar e sucessória e à exploração sexual ou da mão-de-obra. O que implica no modelo social patriarcal, sexista e racista os valores atribuídos ao gênero feminino e às raças são reforçados por representações hierarquizadas pelas relações entre homens e mulheres e ainda, entre mulheres brancas e mulheres negras.

Como revela Almeida (2019) todos os espaços públicos da sociedade brasileira, economia, educação, política estão atravessados pelo racismo. Teixeira e Queiroz (2017), afirmam que as pessoas de “cor” vivem pior que os brancos e possuem menos benefícios do sistema educacional, ou seja, ganham menores salários e sofrem violência em suas variadas formas – preconceito, discriminação, abordagem policial, violência sexual etc. Portanto, quando olhamos para as representações das mulheres negras, é preciso considerá-las como uma rede de sentidos articuladas ao racismo estrutural em que os valores atribuídos às negras conformam processos excludentes e associados à pobreza, acrescenta-se sentidos subalternizados, representações negativas que determinam os espaços domésticos às mulheres brancas e condicionam as negras a imagem de objeto de sexualização e de dissimulação. Nesse contexto, nos questionamos como as representações das mulheres negras ditadas pela sociedade patriarcal vem interferindo na ascensão de mulheres negras marajoaras aos espaços públicos, mais especificamente à Universidade?

⁷ Etimologia (origem da palavra *mulata*). A palavra mulata deriva como feminino de mulato, que provém da mistura entre brancos e negros, sendo considerado uma denominação de “raça – etnia” pejorativa, depreciativa e racista ao passo que tal termo deriva da junção de “mulo”, animal híbrido, e do sufixo -ato, ao qual foi concebido a partir da miscigenação ocorrida no Brasil a partir da ideia de branqueamento da sociedade brasileira. (GELEDÉS, 2015)

Assim, no intuito de responder esse questionamento, essa pesquisa se desenvolveu no contexto de uma realidade amazônica – marajoara, trazendo para reflexão diálogos sobre como a estrutura social específica de uma região interfere na trajetória de luta das mulheres negras para chegarem à Universidade. Para tanto delimitamos como objetivo geral: investigar, as representações sociais das mulheres negras sobre ser mulher negra, marajoara e universitária e como estas orientam novas condutas. E como objetivos específicos: a) identificar as representações as mulheres negras marajoaras sobre sua trajetória educacional; b) analisar os sentidos constituidores de ser mulher negra, marajoara e universitária; c) apontar quais os valores construídos que orientaram novas condutas;

Desta forma, com foco nas relações interpessoais constituidoras e constituídas dos processos psicossociais, volta-se o olhar, para os elementos constitutivos das Representações Sociais apresentados por Moscovici (1999): os sujeitos das representações, sentidos e as atitudes. Desta forma busca-se nos discursos das participantes colaboradoras desta pesquisa, esses elementos, articulando os sentimentos e sentidos como Ideias Centrais permitindo desta forma, identificar as RS 's que mobilizam essas mulheres a se apresentarem, representarem o futuro e a criar vínculos. Nas palavras de Moscovici (1999, pp 302-303) as representações sociais “[...]são indispensáveis para mobilizar as pessoas, para permitir representar o futuro e também para criar vínculos, uma vez que há algo posto em comum com o pensamento, nos sentimentos e no intercâmbio conversacional.”

Desta maneira, considerou-se para definição dos critérios de seleção das participantes/colaboradoras da pesquisa: gênero, cor, origem, classe social e condição de universitária. Estabelecidos os critérios, foram encaminhados os convites para universitárias do Campus de Soure-Marajó da Universidade Federal do Pará. Desta foram distribuídos no período de 03 a 30 junho de 2020 vinte (20) convites, dos quais apenas 16 responderam. De posse das respostas, o recorte foi feito a partir do processo de auto identificação com a cor, resultando em apenas 7 mulheres. Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro base de entrevista utilizado com perguntas categorizadas, nas três dimensões de Moscovici (1999) sujeito, sentidos e atitudes geradas. Prosseguindo a partir deste entendimento, abaixo evidencia-se o roteiro base de entrevista, norteador da coleta de dados e análise dos resultados.

Quadro 01 – Roteiro norteador da coleta de dados e análise dos resultados

CATEGORIAS	PERGUNTAS
MULHERES NEGRAS COLABORADORAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	Identificação das mulheres
TRAJETÓRIA EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Me conte como foi sua trajetória educacional até a chegada à Universidade ...• O que você queria que fosse diferente nessa trajetória?• Quais as dificuldades enfrentadas para cursar uma graduação? Comente sobre sua permanência e quais anseios tem para o futuro.• De modo geral, o que você acha sobre a educação das Mulheres no Marajó?
SENTIDOS DE SER MULHER NEGRA	<ul style="list-style-type: none">• O que é ser mulher negra para você? E como você se vê nessa condição?• Você consegue se identificar na relação: MULHER – MARAJOARA – NEGRA - UNIVERSITÁRIA? Se sim, descreva como se sente dentro da universidade a partir dessa identidade?

Fonte: Construído pelas Autoras, 2020.

Os questionamentos propostos possuem o objetivo de trazer uma ampla visão da mulher negra marajoara e universitária a partir das trajetória educacional e dos sentidos de ser mulher e negra, que marcam o uso de suas memórias bem como de suas experiências e vivências que formam base importante na construção de suas identidades tais como se identificam e na construção de RS's acerca de serem mulheres negras marajoaras e universitárias enquanto fenômeno social, interventor em suas crenças, valores e comportamentos e quais as implicações desses sentidos no processo de autorreconhecimento.

A cor da pele: dos sentidos do existir e do resistir

As bandeiras mais indicadas em relação de gênero e classe advém do movimento feminista que passou a denunciar sobre a violência contra a mulher, a diferença salarial entre gêneros, a pouca inserção feminina na política, casos de assédio, preconceito e discriminação, necessidade de atenção à saúde e acesso à informação entre muitos outros que são dedicados às lutas para que se consiga a tão sonhada igualdade de gênero. (POLITIZE, 2016). Como descrevem Rios e Silva,

[...] propor o enfrentamento das relações de poder baseadas no gênero e subordinação das mulheres pelos homens em que há disseminação da ideia de que as mulheres são sujeitas inferiores na sociedade. Como decorrência, o feminismo denuncia as diferenciações injustas entre homens e mulheres, assumindo essas o

protagonismo diante da exploração e opressão sexistas pela luta contra o patriarcado expressão do domínio masculino Assim, desde o final do século XIX, a contestação da injustiça vivida pelas mulheres tem ensejado variadas demandas, desde a busca de oportunidades em igualdade com os homens, passando pelo reconhecimento de direitos reprodutivos e questões de gênero e sexualidade (RIOS; SILVA, 2015, p. 3).

Porém, para além do gênero, enquanto as mulheres brancas estavam lutando por igualdade em relação aos homens nos vários âmbitos sociais, as mulheres negras lutavam pelos direitos básicos que àquelas já possuíam. Dessa maneira, surgem várias vertentes na intenção de tratar pautas específicas de cada grupo de mulheres para além das questões de gênero visto que uma mulher negra sofre opressões raciais diferentes de uma mulher branca (EVARISTO, 2016). Partindo dessa perspectiva, de que as mulheres negras sofrem mais exclusões e diferentes representações negativas em relação as mulheres brancas o Feminismo Negro pauta suas lutas fundamentalmente nas condições das mulheres negras na sociedade, no combate à discriminação, ao racismo e ao preconceito de raça e gênero e na defesa da cultura e história do povo negro marcado pela herança da escravidão, numa perspectiva interseccional.

Para as estudiosas do Feminismo Interseccional como Kimberlé Crenshaw (1989), as mulheres sofrem opressão em contextos diferentes e em variados graus de intensidade, como por exemplo, os padrões culturais que são influenciados e estão interligados às Interseccionalidades da sociedade, isso implica dizer que pensar o feminismo negro é romper com cisão criada em uma sociedade desigual. É divulgar as vozes dessas mulheres, colocando-as na condição de sujeitas ativas que historicamente vem fazendo existência e resistências na sociedade. Nesta lógica, quando se estuda as mulheres negras nas territorialidades amazônicas necessita-se considerar as demais condições constituidoras dos problemas sociais nesses territórios e pensá-las também considerando o debate do Feminismo Interseccional, ou seja, compreendendo que existem outras formas de oprimir as mulheres negras para além do gênero (RIBEIRO, 2013).

Isto posto, estudar a condição de existência da mulher negra na Amazonia marajoara demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais do racismo, sexismo e das violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (AKOTIRENE, 2019, p. 35) assim como, as condições territoriais históricas que conformam as mulheres amazônidas a partir de um passado

histórico recente para as lutas presentes e futuras, ressignificam seu lugar de fala e dos sentidos atribuídos a si como sobrevivente destas condições, contribuem para que o preconceito, o racismo e todas as suas formas de comportamentos insanos e criminosos direcionadas as mulheres negras sejam erradicados. Então superar as limitações impostas pelas representações negativas nada mais é do que uma forma de autorreconhecimento dos sentidos que são atribuídos a sua própria vida enquanto mulher, possuindo diferentes significados em que todos elucidam a presença feminina e sua força de imposição, como coloca Silva (2011):

O protagonismo, mais do que nunca, está na capacidade de manifestar o pensamento de forma cuidadosa e inteligente, sem deixar de fora os princípios éticos. Sabemos que a mulher não é um ser superior e nem mais importante do que o homem, mas alguém que revela capacidade de inclusão a partir de sua própria presença feminina (SILVA, 2011, p. 1).

Destarte que a mulher negra ainda combate o silêncio que lhe foi imposto desde a escravidão, porém, apoiadas em um autorreconhecimento identitário, elas rompem com o preconceito racial que se perpetua através das limitações impostas socialmente justificadas primeiramente por seu gênero e tão logo por sua cor de pele e depois por todas as demais características sociais que esta mulher possui, onde ela reivindica seu espaço na sociedade buscando a revisão de seus direitos enquanto mulher negra de direitos. A força, a independência e o poder sobre seu corpo e suas decisões atravessadas pela herança dos seus antepassados que a mulher negra resgata frente à opressão social, revelam característica de uma luta que estar para além de seu gênero, traz as marcas de uma historicidade, mas que se torna eixo norteador de vida, conduzindo o estado de existência/resistência como descreve Maya Angelou⁸ em seu poema de 1978 “Ainda assim eu me levanto”.

Uma realidade contada em versos poéticos que a discriminação contra as mulheres negras não foi totalmente desarmada, mas, contudo, elas lutam e resistem e estão

⁸ Maya Angelou, figura extraordinária das letras norte-americanas, foi porta-voz dos anseios e da revolta dos negros. Amiga de Martin Luther King e de Malcolm X, a vida inteira dedicou-se à militância pelos direitos civis de seu povo. Nascido em Saint Louis – Missouri, partindo de uma infância miserável e cheia de tropeços no Sul profundo, educou-se para consagrar-se a duas causas: a seu povo e à poesia. Viajou pelo país fazendo campanhas onde fosse necessário; posteriormente percorreria também a África, sempre denunciando a injustiça. Artista polivalente, fez teatro, cinema, televisão e dança. Autora de livros de memórias e assessora de presidentes, soube empunhar a poesia como arma de luta pela emancipação. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>.

conseguindo ocupar mais espaços na sociedade. Não porque os homens se tornaram menos machistas e mais tolerantes, mas porque, as negras estão rompendo barreiras, chegando às universidades e abrindo caminhos para outras negras. Sendo assim, discutiremos a seguir como as mulheres negras existem e resistem face à universidade.

Mulheres negras face à Universidade

O Racismo como uma das estruturas sociais que a sociedade brasileira construiu, reflete diretamente nas desigualdades educacionais, estando intimamente ligadas às questões étnico raciais que se desenvolvem no Ensino Superior nas Instituições das cinco regiões do país. Entretanto, dados do IBGE (2019), revelam que somente 10% das mulheres negras conseguem concluir o nível superior, sendo o percentual de concluintes brancas 2,3 vezes maior (23.5%). Esse quadro só piora quando relacionamos ainda as regiões Norte e Nordeste que possuem maior população negra (pretos e pardos) na situação de vulnerabilidade social e econômica e as mulheres negras estão no topo desse grupo, (IBGE, 2018),

[...]apontam para a existência de maior vulnerabilidade de renda, moradia e saneamento das populações que residem nos estados das **Regiões Norte e Nordeste** (grifo nosso) do País. Da mesma forma, há maior vulnerabilidade no mercado de trabalho destas regiões, com elevada participação de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho. Estas desigualdades também são observadas quando as desagregações levam em consideração as características da população, **sendo mais vulneráveis as mulheres, a população de cor preta ou parda**, (grifo nosso) crianças e, em alguns casos, os idosos; população que vive nas áreas rurais também apresentam maiores níveis de vulnerabilidade nos indicadores produzidos, assim como os **arranjos domiciliares formados por mulheres sem cônjuge e com filhos** (IBGE, 2018, grifo nosso).

De acordo com dados do IBGE (2019), os indicadores mostram que em 2019, as mulheres negras (pretas e pardas) entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase que 50% menor que os números registrados em relação às mulheres brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). Não bastando as problemáticas relacionadas ao gênero, a cor/raça determina inclusive as áreas educacionais que estas mulheres estarão presentes dentro da Universidade, impondo barreiras inclusive nas áreas de exatas e tecnologia.

Segundo o Instituto Semesp (2020), estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem mais matrículas do que todas as 20 mesorregiões e 450 municípios dos sete estados do Norte juntos, embora, os estados do Pará e Amazonas, são os que mais se destacam em número de matrículas da população jovem negra, entre mulheres e homens. Esses dados explicam, principalmente a condição das mulheres negras nas regiões Norte e Nordeste quando se leva em conta sua preparação e oportunidades na área profissional em condições advindas da baixa escolaridade em sua grande maioria, e assim, terminam por ocupar tarefas no mercado que exigem menor grau de escolaridade, como no caso da função de empregadas domésticas, refletindo que tanto o gênero quanto a cor de pele limitam as posições que as mulheres negras, pobres e dos territórios rurais possam ter,

[...] as desigualdades persistentes entre as mulheres brasileiras, o avanço nos indicadores de acesso e desempenho é marcado pelas desigualdades entre mulheres de acordo com a **renda, raça e etnia e local de moradia (rural e urbano)**, com destaque para a situação das mulheres negras e indígenas; a situação de pior desempenho e de maiores obstáculos para permanência na escola por parte dos meninos brasileiros, em especial, dos meninos negros; a manutenção de uma educação sexista, homofóbica/lesbofobia/transfóbica, racista e discriminatória no ambiente escolar; a concentração das mulheres em cursos e carreiras ditas feminina, com menor valorização profissional e limitado reconhecimento social; a baixa valorização das profissionais de educação básica, que representam quase 90% do total dos profissionais de educação, que – em sua gigantesca maioria – recebem salários indignos e exercem a profissão em precárias condições de trabalho; o acesso desigual à educação infantil de qualidade (AÇÃO EDUCATIVA, CARREIRA, 2013, grifo nosso).

Diante desse cenário, as universidades públicas intensificaram os debates acerca das desigualdades educacionais relacionadas à cor / raça, herdadas pelos estigmas da “incapacidade intelectual do afrodescendente” a partir da adoção do sistema de cotas (PONTES, 2020). Assim sendo, a partir da Universidade, a mulher negra tem a oportunidade de refazer a sua identidade profissional por meio das manifestações feministas que a influenciam no reconhecimento não só de seus anseios, mas também de sua identidade como sujeitas de direitos. Partindo da sua real inserção no mercado de trabalho e das conquistas advindas das lutas feministas relacionadas não somente a seu gênero mas atravessadas pela sua cor de pele, o direito à educação foi um dos principais pilares para repensar e reelaborar a sua posição na sociedade enquanto mulher negra.

Ressalta-se de acordo com Ferreira e Camargo (2011) que a Universidade seja um dos lugares fundamentais na construção da identidade, contraditoriamente ela representa

os espaços públicos em que são desenvolvidas e alimentadas as atitudes de preconceito e discriminação, mas também ela é espaço síntese das resistências e resiliências das mulheres negras brasileiras. Lugar que representa simbolicamente a superação das experiências potencialmente desintegradoras.

Discussão e Resultados

Os resultados da pesquisa se apresentam de forma descritiva - analítica a partir dos elementos constitutivos das representações sociais: sujeitos; sentidos e atitudes geradas. Desta forma as narrativas das participantes/colaboradoras da pesquisa foram organizadas de forma a construir o campo representacional: a) mulheres negras da representação e sua trajetória educacional b) sentidos sobre ser mulher negra marajoara; c) valores construídos que orientam novas condutas:

a) Mulheres negras da representação e suas trajetórias educacionais

A mulher marajoara possui características oriundas de um determinado território de existência, mulheres marcadas pelo silenciamento e resistências que subvertem os modos de ser e viver do regime patriarcal marajoara atravessados pelas condições sociais e econômicas que por sua vez estão atreladas a sua cor de pele (PACHECO, 2014). Como observa-se no quadro 2, as participantes/colaboradoras possuem entre 19 e 34 anos, apenas a mais velha de 34 anos têm filhos e muitas delas embora tenham renda própria dependem da ajuda financeira de seus familiares. Sendo que cinco destas participantes (de um total de 7) ingressam na Universidade pelo sistema de “renda e de cor” entre os anos de 2016 a 2019.

Quadro 02 – Dados das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Cor	Curso	Ingresso	Renda	Filhos	Cotas
A	25	Negra	C. Biológicas	2016	Própria	N	Não
B	19	Negra	C. Biológicas	2018	Não respondeu	N	Cota Renda - Cor
C	20	Negra	C. Biológicas	2016	Nenhuma das alternativas	N	Cota Renda
D	29	Negra	C. Biológicas	2018	Própria e ajuda da família	N	Cota Escola - Cor
E	34	Negra	Pedagogia	2019	Nenhuma das alternativas	S	Cota Escola - Cor
F	29	Negra	C. Biológicas	2018	Familiares	N	Não
G	20	Negra	C. Contábeis	2019	Familiares	N	Cota Renda - Cor

Fonte: Autoras, 2022 (baseado no questionário *online*).

Ressalta-se que do total de sete participantes indicadas no Quadro 02 acima, apenas três se dispuseram a participar das demais etapas da pesquisa, entretanto levou-se em consideração a justificativa de Mary Spink (1995) quando coloca que a coleta de dados nos estudos de Representação Social, exige longas entrevistas semiestruturadas acopladas aos levantamentos do contexto social e dos conteúdos históricos dos grupos estudados, desta forma a análise centrada dos discursos é demorada e portanto se utiliza de poucos sujeitos.

Quando se observa a relação idade e período de ingresso e permanência na universidade das participantes identificamos a demora para chegar à universidade assim como o tempo de permanência nos cursos é superior aos 4 anos, configurando trajetórias escolares complexas e que o processo de rupturas das representações que as subalternizar como mulheres negras é marcada pelos conflitos e contradições, resistência, conforme revelam as participantes,

A educação de mulheres na Ilha de Marajó tem um cenário mais caótico ainda. A maioria das mulheres por aqui só tem o ensino fundamental, e quando tem. (Participante D)

A educação das mulheres, principalmente na Ilha do Marajó, tem se tornado sem dúvida, um ato de resistência, pois a mulher além de estudante, tem que ser dona de casa (mesmo se morar com os pais e não tiver filhos) e mãe, e muitas não têm o apoio dos pais, da escola e das autoridades. (Participante E)

Não vejo um incentivo na região valorizando a educação até porque muitas famílias têm que escolher entre estudar ou trabalhar e o estudar aqui é algo para o futuro e infelizmente a fome não espera. A grande porcentagem das meninas engravidam cedo... (Participante G)

Percebe-se por meio dos relatos que as vivências e/ou experiências tidas por estas mulheres são “preenchidas” pelo contexto da imensidão dos campos marajoaras em que são presença fundamental nas atividades domésticas e rurais ao lado dos maridos. Segundo a narrativa de Pombo e Fares (2018, p. 96) “[...] a épicã do vaqueiro marajoara, percebemos que as mulheres acompanham todo o processo de trabalho dos maridos-vaqueiros, acordam cedo, fazem café, arrumam o surrão, organizam a vida dos maridos e filhos que vão campear.” Nesta perspectiva não estranhemos verificar nos relatos das participantes o acúmulo de atividades enquanto estudantes e donas de casa e mães.

Os apontamentos da obrigatoriedade dos afazeres domésticos, torna "dura" a vida das mulheres marajoaras “[...] cuidar dos filhos, prover o alimento do almoço, cortar lenha, buscar água, organizar o funcionamento da sua morada ou da casa-grande, fazer render o salário do mês” (POMBO, 2014. p. 96). Contrapontos à parte, é inegável a participação das mulheres no âmbito das sociedades rurais no Marajó e muitas delas foram/são dinâmicas na construção de um novo modo de vida em que a presença feminina busca por transformação do espaço onde vive sem as amarras instituídas por uma sociedade que, em certos lugares, ainda prevalece o sistema patriarcal (POMBO, 2014, p. 108-109). Desta forma, entende-se a vida feminina marajoara misturadas às dificuldades sócio-espaciais da região amazônica marajoara onde as experiências colaboram para trazer à tona os reflexos sociais e culturais que fortalecem o sentimento de pertencimento, de identidade e de relações em que as mulheres marajoaras assumem em relação às suas realidades vividas.

São narrativas que mostram que a trajetória educacional apresenta para essa mulher uma nova dinâmica na estrutura social que se torna desafiante, sobretudo, quando almeja seu sucesso profissional e acadêmico ao mesmo tempo em que se torna responsável pela renda familiar e pela educação dos filhos e cuidado com a família, concomitantemente. Como descreve Brito (1998) elas passaram a acumular dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças quando as têm, e de prover o sustento material de seus dependentes,

Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua

manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. [...] (BRITO, 1998, p. 1).

Diante dessa condição de existir, de uma realidade constante da Amazônia marajoara, mulheres negras, marcadas por processos de exclusão educacional, em virtude de problemas históricos-sociais-econômicos das territorialidades marajoaras que conformam negativamente a constância das condições de existências das participantes dessa pesquisa, as narrativas também revelam o resistir como pessoas que ativamente fazem o enfrentamento dessas situações e assumem o protagonismo da própria história, que mesmo diante de contextos adversos, demonstraram a força de criar e recriar caminhos e destinos numa sociedade onde o preconceito e o racismo ainda sobrevivem mascarados pelas desigualdades sociais e econômicas como apontam por essas mulheres,

Não foi nada fácil, principalmente porque eu venho de uma família onde as pessoas são predominantemente negras e hipossuficientes economicamente. (Participante D)

Necessitei de recursos financeiros, pois a escola ficava em outro município e ainda, a escola não sustentava a qualidade de ensino do conteúdo oferecido. (Participante E)

Posso até dizer que foi fácil, considerando que minha mãe sempre trabalhou para me dar um futuro diferente do dela. Ao contrário dela, não queria que eu fosse dona de casa e nem que tivesse filhos cedo demais, então fez muito esforço para que meu irmão e eu tivéssemos educação básica adequada. (Participante G)

As dificuldades econômicas e as ausências da escola, reforçam o estigma da inferioridade em que muitas mulheres pretas vivem. Contudo, os discursos das participantes revelam que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo elas representam uma parcela de mulheres negras que conseguiram romper com a matriz branca da ciência que historicamente não apenas mitologiza os conhecimentos não brancos mas, destitui as participantes não somente pelo seu gênero, como principalmente por sua cor de pele dos espaços da intelectualidade, ou seja, das escolas e principalmente das universidades.

Ressalta-se entretanto, que a trajetória de pobreza e da marginalidade a que é submetida a mulher preta, que em muitos casos reforçam o preconceito, a interiorização da condição de inferioridade e inibe a reação de luta contra a discriminação sofrida, nos discursos das participantes entrevistadas, ganharam os contornos da diferença por serem negras oriundas de uma região amazônica marajoara com uma realidade conturbada por

seus problemas sociais onde ainda que essas mulheres tenham conseguido alcançar o ambiente universitário, a trajetória “não foi fácil” onde elas sentem a necessidade de mostrar e demarcar a urgência de “rompimento de ciclos de vidas”.

Os discursos sobre a trajetória educacional até a chegada à universidade – inclusive com o debate sobre as condições de sua permanência, refletem a realidade vivida pela população universitária negra e pobre do Marajó, destacando não apenas as dificuldades, mas sobretudo, mostrando participantes ativas inseridas em um processo de autonomia e autodeterminação. São narrativas que expressam a necessidade de romper com ciclos viciosos de subalternidade, de “tomar para si” a responsabilidade não apenas de sua própria vida, mas também da transformação da situação familiar, implicando na luta para manter a decisão de estudar, de enfrentar os condicionantes que aprisionam estas mulheres negras, inclusive da própria família - muitas vezes crivada com os preceitos do patriarcado - a partir do autorreconhecimento enquanto mulher amazônica, negra e pobre.

b) Sentidos sobre ser mulher negra marajoara

Diante desse cenário, entende -se que o acesso a Universidade se apresenta como um fator ou ação emancipatória(o) destas mulheres, onde chegam dotadas de representações oriundas de suas vivências e experiências cotidianas e encontram um lugar totalmente desconhecido e formador de novas representações e interações que vão influenciar na construção identitária delas, agora na condição de mulheres negras marajoaras e universitárias. O processo de empoderamento que simboliza rupturas das posições sociais impostas por condições de existência dessas mulheres, implica segundo Deere, León (2002) na alteração radical de estruturas e de processos que historicamente reproduzem a condição da mulher como um gênero submisso. Romper barreiras do sentimento de invisibilidade apresentado pelas participantes, requer reconfigurar as representações negativas que marcam simbolicamente lugares de “sobra” como descreve Lélia Gonzáles,

Aquele papo do “exige-se boa aparência”, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de boutique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões que exigem contato com o tal do público “exigente” (leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando

de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo) (GONZÁLES, 2020, p. 200).

Nesse processo de reconhecer-se como negras e detentoras do sentimento de luta e resistência a partir da conquista do nível superior se anuncia como uma conquista territorial em que poderá desfazer a invisibilidade que atravessa estas mulheres pelo gênero e pela cor de pele.

Sofri algumas dificuldades como passar fome, não adquirir muitos bens, não tinha muito tempo para estudar, visto que eu preciso trabalhar. (Participante D)

[...]as dificuldades pessoais apareceram ainda mais quando tive meu primeiro filho onde tinha que levá-lo nas aulas nos primeiros meses e que acabava por incomodar alguns docentes em sala. (Participante E)

Ser testada todos os dias muitas vezes passa longe de ser um instrumento de aprendizagem, mas sim de preconceito e de relação de poder (Participante G)

Essas dificuldades elencadas pelas participantes, “pobreza, maternidade, opressão social” são carregadas de valores que historicamente desqualificam e destituem a participação da mulher negra nos espaços universitários. Entretanto, as dificuldades enfrentadas se intensificam pelas mesmas condições, como descreve a participante D quando afirma que “Tudo é mais difícil sendo mulher” e a participante G, que tem sua capacidade avaliada, o que implica dizer que no processo de resistência contra a invisibilidade feminina outras existências e vivências são apreendidas e os sentidos e significados sobre ser mulher negra são (re)construídos, ao integrar uma nova categoria identitária no processo de autorreconhecimento.

Tudo é mais difícil sendo mulher. Além das tarefas da Universidade como pesquisas, monitoria etc., ainda tenho os afazeres domésticos. (Participante D)

O fato de eu poder cursar uma graduação é motivo de orgulho para minha família e um incentivo aos que estão começando. (Participante E)

Me sinto testada todos os dias como se eu tivesse que me esforçar muito mais do que homens ou mulheres brancas de uma condição financeira melhor que a minha. Ser mulher e preta na Universidade é ter que lutar para ser enxergada, para ser ouvida, para ser respeitada. (Participante G)

Dentro do contexto universitário, as participantes dessa pesquisa adquiriram novos conhecimentos não somente acadêmicos, assinalando que sua condição universitária, não se desenrolam de seu gênero e de sua raça, ainda são mulheres negras, ainda possuem a carga dos afazeres domésticos, do cuidado com a família e com a casa. Esse

conhecimento, reflete paradoxalmente a luta para romperem a representação hegemônica das mulheres negras como incapazes, que pela condição de gênero e cor de pele que precisam segundo a participante D, fazer muito “Além das tarefas da Universidade como pesquisas, monitoria etc., ...os afazeres domésticos.” Para além dos desafios, as narrativas da participante E, mostram que o lugar conquistado na Universidade é carregado de sentido de orgulho familiar e exemplo para aquelas que ainda estão no começo. O que implica em dizer que a conquista da mulher negra de ser universitária, continua cercada de lutas e resistências, como percebemos na fala da participante G, cabendo refletir aqui neste estudo, que a Universidade como espaço repleto de representações sociais tidas a partir de um contexto acadêmico, científico, reflete os processos de disputas de representações sobre as mulheres pretas. O que seria direito se torna, portanto, mais um movimento de luta que as mulheres pretas marajoaras tomam para si como forma de ressignificação, não somente do reconhecimento de suas capacidades diversas enquanto indivíduo pensante e reflexivo, mas como uma mulher de resistência diante da necessidade de ter que provar esta mesma capacidade como descreve a participante G ao se comparar a homens e mulheres brancas. Dessa forma, para as participantes dessa pesquisa, agregar a condição de universitária à sua existência significa:

Significa que, quanto mais a gente vê mulheres, ainda por cima negras, chegarem à universidade isso se torna uma ferramenta para que outras mulheres se vejam em lugares diferentes dos mostrados nos noticiários. (Participante E)

Assim, para as participantes, representatividade de cor é importante no processo de identificação, ultrapassa a relação subjetiva entre o Eu e Outro e ganha os contornos da intersubjetividade Eu-Outro-Outros, ou seja, o processo de identificação fomenta a possibilidade de outras mulheres negras perceberem a Universidade como um lugar possível de ser ocupado, como nos diz a participante E. Portanto, a relação estabelecida no processo de identificação mulher negra e universitária corrobora com a visão do Feminismo Interseccional de Carla Akotirene (2019) em que as mulheres pretas possuem necessidades diferentes advindas da cor, reafirmando que na relação de gênero, elas também encontram barreiras que as “limitam” de cursar trajetórias profissionais masculinizadas socialmente pelo pensamento segregador sexista e eurocêntricos.

Simbolicamente, no processo de luta, cada conquista é um degrau escalado: O Primeiro, seria superar o preconceito do gênero, que embora já seja um delimitador

complexo para as participantes desse estudo, sempre esteve intimamente atrelado ao segundo degrau a ser superado que está relacionado ao preconceito da cor. Talvez seja o mais difícil por conta da bagagem pesada que elas carregam marcadas pelos estigmas da escravidão e exclusão na região em que vivem, onde ser mulher e ser negra significa a necessidade de dois grandes passos a serem dados para alcançar o rompimento do lugar de subalternia socialmente desenhado.

O terceiro degrau seria as condições sociais e econômicas, resultantes dos anteriores onde as expectativas de sobrevivência, advém da historicidade do indivíduo e do núcleo social em que ele se encontra e se reconhece. Desta forma, quando as participantes E e D apontam que quanto mais mulheres negras na Universidade influenciam a entrada de outras, elas indicam que estas mesmas mulheres nas mesmas condições estão conseguindo ultrapassar os três degraus aqui representados. E mais, esse incentivo acaba por ser libertador de uma opressão social e histórica que colocou essa população às margens da sociedade, em que precisam romper as estruturas, como revela a participante G.

c) valores construídos que orientaram novas condutas:

Observa-se, que nossas participantes buscaram romper os ciclos opressores, ancoraram suas atitudes em ideias de superação da ausência de seus direitos diante das condições enquanto mulheres negras, pobres e marajoaras que ganham mais contornos negativos no movimento em que tenta quebrá-los com a ampliação de sua escolarização, se constituiu pelo desejo de ruptura, não apenas para si, mas também para os filhos, assumindo dessa forma a responsabilidade de dar-lhes as condições necessárias e “possíveis” para que venham ter a vida diferente da sua, tendo o “direito à educação” e melhores condições de vida.

A capacidade das participantes de “quebrarem” as dificuldades e se fazerem empoderadas quando escolhem os seus caminhos mesmo diante das dificuldades encontradas, pode ser entendido como o “poder para” que segundo Mosedale (2005) significa a capacidade de fazer algo, com o objetivo de alargar horizontes que podem ser conquistados por uma pessoa sem a necessidade de invasão aos limites de outras pessoas. Para além dessa definição, Shirin Rai (2002, p. 134) classifica o empoderamento como o “[...] poder como algo que capacita como competência no lugar de dominação” em

que estas mulheres destroem o imaginário feminino de mãe e esposa e vão em caminho oposto as condições de vida pré-definidas advindas do seu gênero e da cor de sua pele.

Romper as fronteiras que oprimem essas parceiras torna mais evidente a importância em criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas, pois de acordo com Eunice Léa Moraes (2010) a problemática da exclusão social possui reflexo na organização da sociedade brasileira que não consolida a ideia de igualdade, onde o combate à pobreza, o desemprego e a exclusão feminina do sistema educacional coloca esse grupo num campo maior de vulnerabilidade onde a realidade e as diversidade regionais compõem este cenário impulsionado por estereótipos e papéis sociais que possuem urgência em serem desmistificados e combatidos.

Nesse processo de reconstrução da representação das mulheres negras marajoara, é importante salientar que a Universidade exerceu um papel fundamental nessa (re)construção. Segundo Eunice Léa Moraes (2010, p. 83) “[...] respeitar a diversidade das pessoas significa criar condições para que elas tenham espaço e oportunidades de profissionalização, considerando sua realidade sociocultural, suas características e seu potencial a ser desenvolvido”. Para esta pesquisa, percebe-se então a Universidade como local emancipador dessas participantes que se configura como o ponto de partida para assumirem o controle sobre suas próprias vidas e histórias com o desejo de mudanças necessárias às suas condições. Dessa maneira, as participantes ao relatarem sobre o que poderiam ter feito diferente e quais as ferramentas que poderiam ter utilizado, revelam trajetórias que imprimiram o desejo de mudança diante do sofrimento da fome e das condições materiais de suas existências, colocando-se diante do peso social de assumir o compromisso da mudança,

Queria ter tido mais maturidade na escolha do curso [...]pois a identificação com o curso foi tão grande que enfrento qualquer obstáculo para chegar até o final. (Participante E)

Às vezes, penso que poderia ter vivido mais. Não que não tenha feito, mas como disse antes, eu tinha um peso nas costas para mostrar ao mundo que eu faria tudo diferente do que haviam planejado para mim por ser mulher e preta. (Participante G)

Queria que os meus pais tivessem condições de bancar meus estudos, e não precisar trabalhar tão cedo, pois perdi muitas fases da minha adolescência e juventude. Sofri algumas dificuldades como passar fome, não adquirir muitos bens, não tinha muito tempo para estudar, visto que eu precisava trabalhar (Participante D)

É preciso ressaltar como descreve Sandra Jovchelovitch (2000) que o conhecimento comum produzido pela comunidade oferece os nós associativos que geram a experiência de pertença a mesma realidade. Narrativas das participantes trazem as marcas das narrativas coletivas, sejam dos membros de suas famílias ou da comunidade, entrelaçando de tal modo que, quando trajetória de uma mulher negra é contada, ela contém as histórias, os acontecimentos, as formas culturais e maneira de comportamento de toda as mulheres negras. Desta maneira o “peso nas costas” descrito pela participante G por exemplo, seria a percepção acerca de sua condição com o “desejo” de fazer diferente do destino traçado socialmente para uma mulher negra por meio dos modos de vida dessa comunidade e da estrutura sócio – racial o marajó se desenvolveu “dando lugar” a uma nova realidade social por meio da Universidade.

Reconhecer-se diferente e apontar a necessidade de mudança, vai muito além do encontro subjetivo entre o eu e o outro, no caso deste estudo, entre as mulheres pretas marajoaras e outros. É um encontro de participante historicamente e socialmente que se deparam na arena pública, posicionadas por determinantes sociais e econômicos e por um conjunto de representações sociais que pré-estabelecem as condições gerais em que se encontravam/encontram e sobre as quais atuavam/atuam diante das dificuldades oriundas de sua condição enquanto mulher negra marajoara.

Considerações Finais

Estudar as representações sociais das mulheres negras marajoaras e universitárias a partir da influência destas às novas condutas de identidade, amplia os trabalhos e discussões que abrem a mente e mudam a forma de pensar e agir dessas mulheres em relação às mudanças que as atravessam. Revela e discute as trajetórias escolares de mulheres negras marajoaras auto reconhecidas, que conseguem chegar ao ensino superior. Mulheres que “saem do seu lugar” até então predestinado por sua condição de gênero, raça e classe da maioria das mulheres negras da região Amazônica, refazendo e transformando o caminho histórico do lugar da doméstica, da lavadeira passadeira, daquela que realiza serviços gerais até a Universidade onde constrói sentidos que passam a orientar outras mulheres negras da região.

Assim sendo, as participantes tratam de reconstruir a partir de novas experiências da vida cotidiana, os sentidos e significados dos quais os membros da comunidade retiram as normas e regulamentações dos padrões de comportamentos da mulher negra marajoara, ou seja, o duplo caráter da vida em comum de comunidades descrito por Sandra Jovchelovitch (2008, p. 139) “[...] de já estar ali, de propiciar fundamento e chão para a comunidade, marcado pelo desejo de mudar o já vivido, e, ao mesmo tempo, de necessitar ser constantemente produzido e renovado por atores sociais”, neste caso definido pelo compromisso de mudar o destino traçado as mulheres negras marajoaras. Dentro deste contexto é preciso considerar que quando essas mulheres subalternizadas reivindicam suas autonomias e se colocam na perspectiva de falar e analisar a sua própria trajetória, elas potencializam o rompimento dos discursos hegemônicos academicamente brancos.

Destarte que é a própria participação das mulheres negras nas universidades que a fazem um espaço de representações e interações sociais, tornando-se a extensão da emancipação feminina e espaço onde essas mulheres e seus semelhantes conseguem se reconhecer como portadores de saberes legítimos configurados pelos saberes que já possuem sobre si mesmas e sobre os outros e, em particular, sobre a representação que elas constroem acerca do próprio conhecimento.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA; CARREIRA, D. Informe Brasil – Gênero e Educação. *In*: Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae. **Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição 2013. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaira, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BRITO, F. dos S. **Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina**, 1998. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.



CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989 , Article 8.

Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DEERE, C. D; LÉON, M. **O Empoderamento da Mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FERREIRA, R. F; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.** v.31, n.2, Brasília, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jul. 2022.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e psicopatologia do trabalho. *In*: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. p.233-255.

IBGE. Brasil. Pará. Soure. **População**. 2018. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. PNAD. Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Estatísticas Sociais**; 2020. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tXPmJ_QQwewJ:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 30 jun. 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 10. ed. São Paulo, 2020.

Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do Saber**: Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes. 2008.

MORAES, E. L. A Política de Promoção da Igualdade de Gênero e a Relação com o Trabalho. *In*: Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. 2010. Disponível em:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

MOSCOVICI, S. **Lo social em tiempos de transición**. Entrevista concedida a Mireya Losada). Venezuela, 1999. p. 302-305.

MOSEDALE, S. **Towards a framework for assessing empowerment**,

2003. Manchester UK, nov. 2003. Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.583.6299&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

OYEWÙMÍ, O. **La invención de las mujeres**: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogota: En la Frontera, 2016. Disponível em: <a-invencao-das-mulheres-oyc3a8ronke-oyewumi.pdf> (wordpress.com). Acesso em: 20 ago. 2022.

PACHECO, A. S; CAETANOS, V. N. da S; BALIEIRO, M. N. P. **Artes da memória marajoara**: (Auto)biografias e Interculturalidades nas Telas de Maria Nely Balieiro, 2014. Disponível em:

https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vivianne%20Nunes%20da%20Silva%20Caetano%20-%201020413%20-%203787%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

POLITIZE. **Movimento feminista**: história no Brasil, 2016. Disponível em:

https://www.politize.com.br/movimento-feminista/?https://www.politize.com.br/&gclid=EAIaIqobChMIImKC015ei8AIVDa7ICh13qQrAEEAYASAAEgKeZfD_BwE. Acesso em: 13 ago 2022.

POMBO, D. P; FARES, J. A. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. **Revista Agricultura Familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento. Belém, v.12 , n.1, p. 95 -110, jan-jun 2018. Disponível em: <4882> (ufpa.br). Acesso em: 20 ago. 2022.

POMBO, D. P. **Educação, memórias e saberes amazônicos**: vozes de vaqueiros marajoaras. Dissertação, 2014, 146f. Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

PONTES, N. **Universidade deve ser aliada importante no combate ao racismo institucional**, 2020. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/07/22/universidade-deve-ser-aliada-importante-no-combate-ao-racismo-institucional>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RIBEIRO, D. Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, 2013, p. 506-509. Disponível em:



<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5565>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RIOS, R. R; SILVA, R. da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** n.16, Brasília, Jan./Abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200011. Acesso em: 20 mai. 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SCOTT, J. W. História das mulheres. *In*. BURKE, Peter.(Org.) **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

SILVA, M. M. da. Juventude e protagonismo feminino. **Revista Missões**, n. 10, 2011. Disponível em: <http://www.revistamissoes.org.br/2011/10/juventude-e-protagonismo-feminino/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 117-145.

STROMQUIST, N. P. Education as a means for empowering women. *In* J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), **Rethinking empowerment**: gender and development in a global/local world. London: Routledge, 2002, pp.22-38.

TEIXEIRA, M. S. dos S. P; QUEIROZ, J. M. de. **Corpo em Debate**: A objetificação e sexualização da mulher negra, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA24_ID402_17072017210303.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

Camila de Cássia Brito. Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: camilacbrito@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2412-2366>

Joana D'Arc de Vasconcelos Neves. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, PA, Brasil.

E-mail: jdneves@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3110-3649>

Karley dos Reis Ribeiro. Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: karley@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8471-9981>



AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem uns aos outros pelo trabalho de pesquisa colaborativo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 31/08/2022 - Aprovado em: 24/11/2022 – Publicado em: 20/12/2022.

COMO CITAR

BRITO, C. C.; NEVES, J. D. V.; RIBEIRO, K. R. Por Uma Universidade Feminina e Negra. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 3, n. 7, p. 131-155. 2022.